

NESTA EDIÇÃO

CRIG realiza primeira reunião e define cronograma de trabalho para o segundo semestre de 2018, 2

Tributação de dividendos volta ao debate, 3

Autoridade Europeia publica relatório de sanções e medidas de supervisão, 5

eSocial permitirá que empresas compensem créditos tributários, 5

Fazenda cria regras para indicação e seleção de conselheiros ao CRSFN, 5

B3 abre plataforma de negociações para Bolsa argentina, 5

Abertas inscrições para o 8º Encontro de Contabilidade e Auditoria, 5

Dividend yield médio da bolsa brasileira apresenta melhor resultado desde 2010, 6

Notas, 6

Vale vai recomprar ações

Minerva não tem interesse na BRF

Via Varejo reverte prejuízo

Duratex anuncia investimento de R\$ 94 milhões

ERRATA: 5º Encontro de Direito será realizado em outubro

Gente, 6

CCR tem novo presidente

Semana no Congresso, 6

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho -

3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

CRIG realiza primeira reunião e define cronograma de trabalho para o segundo semestre de 2018

Participantes: Alessandra Zequi (StoccheForbes Advogados), Alexandre Dutra Lopes (Itaú-Unibanco), Alexandre Fischer (Abrasca), Alfred Plöger (Abrasca/Melhoramentos), Angela Kulaif (Abrasca), Arthur José André (Bradesco), Carlos Gomes José Vieira (Bradesco), Daniel Carvalho Mendonça (Energisa), Daniela Malanotte (Ourofino), Eduardo Lucano (Abrasca), Eliana Chimenti (Machado Meyer Advogados), Felipe Daud (Ambev), Giovanna Modolin (Ecorodovias), Henrique Filizzola (StoccheForbes Advogados), Igor Muniz (Petrobras), Irineu Gouvea (Itausa e Duratex), João Paulo de Paes Barros (Energisa), José Aparecido Dos Santos (Magazine Luiza), Lelio Rodrigues Bertoni (Magazine Luiza), Leonardo Barbosa (Abrasca), Nelson Tucci (Abrasca), Nilson Júnior (Abrasca), Priscila Grecco Toledo (Itausa), Renato Berger (Berger Advogados), Renato Coelho (StoccheForbes Advogados) e Roberto Antonio Mendes (Localiza).

Eduardo Lucano abriu a reunião de instalação da **Comissão de Relações Institucionais e Governamentais – CRIG** do dia 19 de junho de 2018, no Stocche Forbes Advogados, em São Paulo, agradecendo a presença de todos e informando que a instalação atende às associadas da **Abrasca**, em sua demanda pela formalização de uma comissão que monitore de forma sistemática os principais temas de interesse das companhias abertas que tramitam no Congresso Nacional e atue no interesse das associadas. Eduardo mencionou dois dos temas que serão tratados na Comissão – a eliminação do custo de publicações obrigatórias em Diários Oficiais pela criação da Central de Balanços e a defesa da dedutibilidade do JCP e da isenção de IRRF sobre dividendos frente às várias propostas legislativas prejudiciais às companhias abertas e seus acionistas – para ressaltar que a CRIG: nasce da necessidade de que as companhias estejam preparadas e organizadas para sustentar tecnicamente suas posições e dar conta dos desafios que a realidade institucional hoje apresenta; vai tra-

tar apenas de temas consensuais e unânimes; e atuará no sentido de melhorar a vocalização das análises e posicionamentos desenvolvidos pelas demais comissões da **Abrasca**. Eduardo ainda ressaltou a grata satisfação de Felipe Daud ter aceito o convite para presidir a CRIG, sendo ele da Ambev, associada com participação relevante em todos os trabalhos e comissões da **Abrasca**, passando então a palavra ao presidente Alfred Plöger, para suas considerações iniciais.

Plöger iniciou agradecendo a Henrique Filizzola pela recepção da reunião no escritório do Stocche Forbes Advogados e falou da satisfação de contar com a presença de todos, em particular do amigo Irineu Gouvea, do grupo Itaú, que respeita para além da amizade, pela experiência e competência na área de relações institucionais e governamentais, e passa a palavra ao presidente da CRIG Felipe Daud, para o início dos trabalhos.

Felipe agradeceu aos oradores que o antecederam e a todos pela presença e pede que cada um se apresente e todos o fizeram. Felipe iniciou então sua exposição explicando que a CRIG contará com uma “Pauta Ativa”, que é uma pauta de proposições da **Abrasca** já identificadas como consensualmente importantes e que já podem começar a ser trabalhadas, ainda que essa relação possa ser alterada o futuro, circunstancialmente ou não, à medida em que for ocorrendo a atualização da **Abrasca** com relação às pautas que correm no Congresso, vindas do Executivo, como as medidas provisórias, ou de parlamentares e outros setores da sociedade. A ideia da reunião, conforme explicou Felipe, é justamente formar grupos de trabalho que possam desenvolver a estratégia e ir buscar as formulações necessárias para o trabalho institucional nesses temas de “interesse autônomo” já identificado. Dessa forma, estará preparando o que poderá vir a ser a ação da **Abrasca** no Congresso que, após o período eleitoral, terá um período aproximado de 45 dias de atividade particularmente acentuada pela finalização do governo atual e a passagem para o próximo. Internamente, será importante, nas palavras de Felipe, a coordenação entre a CRIG, a COJUR e a COMEC e a diretoria da **Abrasca**, para maior produtividade dos trabalhos.

Felipe então apresentou os cinco assuntos identificados para o início do tra-

balho da CRIG, para a escolha de um coordenador e designação de interessados na formação de grupos de trabalho (GT) sobre cada um dos temas. Ressaltou que a lista não seria fechada, podendo ser incorporados quaisquer outros que se identificasse ao longo da reunião. Passou então a discorrer sobre cada um dos cinco assuntos iniciais e a consultar os demais presentes sobre o interesse em coordenar ou participar dos GTs, nos termos abaixo resumidos.

1. Central de Balanços. Refere-se à criação de uma Central de Balanços por projeto de lei, diferenciando-se de outras centrais já criadas ou propostas sem esse tratamento justamente por ser ele garantidor de que a mencionada Central possa cumprir o papel de substituir os veículos de comunicação hoje aceitos, na prova de cumprimento de obrigação de publicação de demonstrativos financeiros, na sua integralidade. A proposta vem sendo trabalhada na **Abrasca** já há seis ou sete anos, conforme detalhado histórico apresentado por Eduardo Lucano, que esclareceu ainda, em resposta a questão posta por Irineu Govea (Duratex), que a escolha do encaminhamento da proposta, via Executivo ou via Legislativo, seria também definida pela CRIG. Eduardo Lucano ficou com a coordenação do GT. O grupo terá ainda como participantes: Sandra Medeiros e Priscila Grecco Toledo (Itausa), Conrado Maciel Roliz (Grupo ULTRA), Lelio Rodrigues Bertoni (Magazine Luiza), Carlos Gomes Vieira (Bradesco) e Alessandra Zequi (StoccheForbes Advogados).

2. Tributação de lucros e dividendos e dedutibilidade do JCP. Aqui a questão é formar uma base de conhecimento com a finalidade de dar sustentação técnica à defesa da manutenção da legislação atual frente às propostas que já existem em tramitação e as que estão ou venham a ser formuladas no âmbito das campanhas de candidatos à Presidência da República. Visa alterar a tributação de lucros e dividendos com a finalidade única de aumentar a arrecadação, sem respeitar a lógica que deve ser seguida na tributação das corporações e dos ganhos de acionistas, para manter equilibrado o acesso das empresas a capital de empréstimo e a capital de risco. Falaram sobre o tema também os representantes de associadas Henrique Filizzola (Stocche Forbes Advogados), Carlos Gomes Roliz (Banco Bradesco), Irineu Govea

(Duratex) e o representante da **Abrasca**, Eduardo Lucano, que, entre outros pontos, destacaram a existência de subtema da tributação de fundos fechados, o tratamento fundamentalmente político que vem sendo dado ao tema, com ênfase no caráter quase punitivo das propostas de aumento de tributação, a necessidade de veicular a informação técnica relacionada ao tema e de ter propostas alternativas que possam nortear negociações que venham a ocorrer de forma não técnica e desordenada. A coordenação do GT ficou a cargo de Irineu Govea (Duratex) e, como membros, os representantes: Renato Coelho (StoccheForbes Advogados), José Aparecido dos Santos (Magazine Luiza), Alexandre Dutra Lopes (ItaúUnibanco), Igor Muniz (Petrobras), Giovanna Modolin (Ecorodovias), Daniel Carvalho Mendonça (Energisa), Fernando Tonanni (Machado Meyer) e Carlos Gomes Vieira (Bradesco).

3. Novo Código Comercial. Este é o caso de dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional – um na Câmara e outro no Senado –, que carregam diversos dispositivos prejudiciais ao ambiente de negócios, sendo de particular interesse da **Abrasca** aqueles que implicam na duplicação de legislação sobre as sociedades anônimas. Os depoimentos do próprio Felipe Daud e do presidente da **Abrasca**, Alfred Plöger, frisaram a inutilidade da discussão que está sendo feita no Congresso e a falta de justificativa para a aprovação de projetos como estes, sem benefício concreto para a sociedade, justificando-se no caso apenas o monitoramento da matéria. O GT sobre este assunto será coordenado pelo Felipe Daud (Ambev), tendo como membros: Fernanda Balukian (Itausa), Daniel Carvalho Mendonça (Energisa), Daniela Malanotte (Ourofino) e Marcelo Almeida (GPA).

4. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Trata-se de um projeto de lei apresentado originalmente na Câmara dos Deputados, que recebeu um texto completamente diferente do original quando tramitou pelo Senado, sob a relatoria do senador Armando Monteiro (PTB-PE). O projeto agora está de volta à Câmara que tem, no momento, a prerrogativa de aceitar (ou não) o texto aprovado no Senado, indo, seja qual for a escolha, para a sanção presidencial. O GT sobre este assunto será coordenado pelos advogados Renato Berger, coordenador da COJUR da **Abrasca** (Berger Advogados), e Flavio Maia Santos (PCPC Advogados), ten-

do como membros: Fernanda Balukian (Itausa), Cristina Liu (Pinheiro Neto Advogados), Maria Cecília Castro Neves (Suzano) e Bernardo Fabião (Petrobras).

5. Lei de Falências. O governo Temer enviou para a Câmara um novo projeto de lei sobre o assunto, sendo que o objetivo da **Abrasca** neste tema é basicamente de neutralizar o risco de retrocesso no marco regulatório, especialmente com relação ao tratamento privilegiado dado aos créditos tributários que aparece nesse novo projeto. O trabalho a ser feito pelo GT neste ponto, de acordo com Felipe, seria também o de eventualmente identificar melhorias na lei em vigor que pudessem ser apresentadas aproveitando a tramitação deste projeto. Com relação a este assunto, Alfred Plöger apontou a necessidade de não priorizar o trabalho em temas que poderiam ser de outras entidades, pela abrangência de seus efeitos, a exemplo da Lei de Falências. Eduardo Lucano complementou a colocação, esclarecendo que o tema surgiu pelo interesse da COJUR e que ainda está em curso a análise que poderá esclarecer até onde irá o interesse da **Abrasca** em atuar. O GT sobre este assunto será formado assim que a COJUR tomar posição sobre o assunto.

Apresentados os temas, o coordenador da COJUR, Renato Berger, presente à reunião, colocou a sua preocupação em que o trabalho das comissões da **Abrasca** seja coordenado, com um alinhamento da CRIG com COJUR quanto ao conteúdo jurídico das propostas, para um melhor aproveitamento das iniciativas institucionais.

Nesse ponto, o presidente da CRIG explicou que o trabalho ainda está muito no começo, que o esforço para o alinhamento sem dúvida será feito. A ideia seria a CRIG ter reuniões a cada 45 dias, mais ou menos, apresentando o seguinte cronograma de reuniões, com a possibilidade de acelerar o trabalho relacionado ao tema da tributação, pelo seu envolvimento com as campanhas eleitorais, seguindo sugestão do presidente da **Abrasca**, Alfred Plöger.

Plöger pediu então que a consultora da **Abrasca** e coordenadora da CRIG, Angela Kulaif, fizesse suas considerações. Angela agradeceu a oportunidade de trabalhar com a Comissão, explicitou a sua concordância com a pauta e os termos dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como o seu compromisso com a busca de resulta-

dos em um esforço institucional conjunto com as demais comissões técnicas da **Abrasca**.

Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada pelo presidente executivo Eduardo Lucano, com agradecimentos a todos pela presença e participação.

Tributação de dividendos volta ao debate

Um grande tema tem ocupado as pautas de análises e discussões: tributação na fonte sobre dividendos acompanhada de possível redução da alíquota de imposto de renda da pessoa jurídica, de forma que resulte em aumento de arrecadação para contribuir na redução do déficit público. O assunto deverá ganhar espaço no final de agosto, quando começa, oficialmente, a campanha eleitoral para Presidência da República.

Persio Arida, formulador do programa econômico de Geraldo Alckmin (PSDB), defende essa ideia, assim como Marco Bonomo, um dos economistas que trabalham com Marina Silva (Rede). A tese conta com a simpatia de Mauro Benevides Filho, coordenador do plano econômico de Ciro e do ex-prefeito Fernando Haddad, coordenador do programa de governo do PT.

A proposta é defendida com o argumento que o Brasil perde competitividade se mantiver a carga de 34% incidente hoje sobre empresas não financeiras de grande porte. Os economistas acham que a solução seria reduzir a tributação do lucro empresarial e compensar a perda taxando os dividendos.

A Argentina, que tinha uma tributação de 35%, apenas na pessoa jurídica, bastante semelhante à do Brasil, começou este ano a migrar para o modelo de cobrança adotada em todos os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com exceção da Estônia.

Um levantamento elaborado pelo escritório de advocacia FCR Law, divulgado no jornal Valor Econômico, com dados de 15 países, (EUA, Reino Unido, Canadá, México, Chile, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Holanda,

Noruega, Portugal, Espanha e Suíça) mostra que a alíquota média nominal da tributação sobre dividendos nos países do grupo subiu de 19,6% para 24,1% entre 2009 e 2018, enquanto a tributação corporativa diminuiu de 25,5% para 23,9%.

No Brasil, a Receita Federal tributa os lucros das empresas não financeiras em 34%, sendo 25% de IRPJ e 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Em entrevista ao Valor, o presidente do Insper, Marcos Lisboa, ao comentar a questão destaca ser preciso, em primeiro lugar, ficar claro que o país já tributa o lucro corporativo, mas que escolheu fazer isso em uma única etapa, para reduzir a sonegação, optando pela chamada substituição tributária. Lisboa observa, porém, que “o mundo está mudando, e o Brasil vai ter que mudar”. Segundo ele, há uma tendência global de se tributar menos, diretamente, o

lucro da empresa. “O IR corporativo caminha para 20%, e se tributa a distribuição de dividendos.”

Conforme a ata da Comissão de Relações Institucionais e Governamentais (CRIG) da Abrasca, publicada na página 2 desta edição do Sia & Cia, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o debate público sobre o tema e promover a manifestação da entidade oportunamente para defender a visão e o interesse das associadas.



12º PRÊMIO
IMPrensa
DE EDUCAÇÃO
AO INVESTIDOR

**Inscriva-se
até 21 de
setembro.
Inscrições
gratuitas.**

**Profissionais de jornalismo,
Participem e concorram a prêmios
de R\$3.500,00 em cada categoria.**



CVM Educacional

Autoridade Europeia publica relatório de sanções e medidas de supervisão

A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) publicou dia 13 de julho o seu primeiro relatório anual sobre as medidas de supervisão realizadas e as sanções impostas pelas autoridades nacionais competentes (ANC) no âmbito do Regulamento de Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR).

O relatório tem foco nas ações de supervisão realizadas pelas ANC, nos seus poderes de supervisão e na interação entre as ANC e os participantes no mercado, ao acompanhar a conformidade dos seguintes requisitos do EMIR:

- a obrigação de compensação para certos derivativos de balcão;
- a obrigação de relato de transações com derivativos para TRs;
- requisitos aplicáveis às contrapartes não financeiras; e
- técnicas de mitigação de risco para derivativos de balcão não compensados.

A ESMA enviou o relatório ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão, informando-os sobre as conclusões, o que também ajudará a identificar gradualmente as melhores práticas e as áreas potenciais que poderiam beneficiar de um nível de harmonização mais elevado.

Acesse o relatório em:
<https://goo.gl/5MmxGg>.

eSocial permitirá que empresas compensem créditos tributários

A Receita Federal publicou nota informando que as empresas que aderiram ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) na primeira etapa poderão usufruir das vantagens da chamada compensação cruzada, que prevê a possibilidade de fazer a compensação previdenciária com quaisquer tributos federais.

Destaca-se que a unificação dos regimes jurídicos de compensação tributária (créditos fazendários e previdenciários) relativamente às pessoas jurí-

dicadas que utilizarem o eSocial para apuração das contribuições foi implantada pela Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, a que se referem os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, nos termos daquela lei.

A compensação tributária unificada será aplicável somente às pessoas jurídicas que utilizarem o eSocial para a apuração das referidas contribuições. As empresas que utilizarem o eSocial poderão, inclusive, efetuar a compensação cruzada (entre créditos e débitos previdenciários ou fazendários), observadas as restrições impostas pela legislação decorrentes da transição entre os regimes.

O regime de compensação efetivado por meio de informação em GFIP não será alterado para as pessoas jurídicas que não utilizarem o eSocial. Portanto, apenas as empresas que completarem todo o processo de implantação do eSocial farão jus ao benefício.

Fazenda cria regras para indicação e seleção de conselheiros ao CRSFN

O Ministério da Fazenda publicou, no dia 24 de julho, a Portaria 352 estabelecendo normas e diretrizes para a indicação e seleção de conselheiros que integrarão o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN. A portaria dispõe também sobre a criação, a composição e o funcionamento do Comitê de Avaliação e Seleção de Conselheiros.

Os indicados ao conselho deverão ser servidores públicos com mais de 30 anos de idade, formação superior e reconhecida capacidade técnica de pelo menos cinco anos de experiência em matérias relacionadas à sua competência.

As indicações das entidades representativas dos mercados financeiro e de capitais deverão compor lista tríplice e ter pelo menos 10 anos de atuação o setor. Os indicados não poderão ocupar cargo de direção nas entidades representativas do mercado.

A Portaria cria ainda o Comitê de Avaliação e Seleção de Conselheiros do CRSFN para selecionar os indicados pelas entidades do mercado.

Veja a íntegra da Portaria 352:
<https://goo.gl/KDnHbP>.

B3 abre plataforma de negociações para Bolsa argentina

A BYMA recebeu autorização da Comisión Nacional de Valores (CNV) para iniciar as negociações no mercado de derivativos da Argentina utilizando a plataforma PUMA Trading System da B3. Com isto, consolida-se o acordo de serviços com a B3, anunciado em abril deste ano, e inédito na América Latina. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também aprovou a operação.

Assim, a BYMA ingressa no mercado de derivativos, desde o último dia 27, habilitando a negociação de Contratos Futuros do Índice Merval – com vencimento em setembro – nos termos e condições aprovadas pelos reguladores de ambos os países. “Proporcionar à BYMA a solução de hospedagem de seu novo segmento de derivativos no PUMA Trading System, inaugurado com a oferta de contratos futuros de Índice Merval, reafirma a capacidade da B3 em prover soluções inovadoras, criativas e de classe mundial. A materialização do acordo de serviços entre B3 e BYMA demonstra todo o potencial da cooperação entre infraestruturas de mercado financeiro como uma poderosa ferramenta de crescimento e geração de oportunidades e de valor, para as companhias, seus acionistas, participantes e clientes. Hoje se inicia uma nova etapa para o mercado de capitais latino-americano”, declara Roberto Belchior, diretor de Desenvolvimento de Mercados para a América Latina da B3 e diretor da BYMA.

Abertas inscrições para o 8º Encontro de Contabilidade e Auditoria

Estão abertas as inscrições para o **8º Encontro de Contabilidade e Auditoria para Companhias Abertas e Sociedade de Grande Porte**, que será realizado no dia 12 de setembro no Teatro CIEE, em São Paulo. O evento, promovido pela Abrasca em parceria com o Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes), contará com a presença do presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

No Encontro serão discutidos os seguintes temas:

- Data Analytics: a inovação da precisão nas áreas contábeis
 - Impactos da Instrução Normativa RFB 1771/17 que apura a tributação do IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente
 - Melhores práticas no processo de preparação na adoção de uma nova norma
 - Debate: Casos Práticos de Uso do Julgamento Profissional para a Implementação do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros
 - Redução do custo de observância das normas da CVM
- Garanta já a sua participação! Inscreva-se em: <https://goo.gl/MuUq5J>.

Dividend yield médio da bolsa brasileira apresenta melhor resultado desde 2010

(Publicado no site Investing.com, no dia 26/07/18)

Estudo divulgado pela Economatica nesta quinta-feira revela que o Dividend Yield (DY) médio da bolsa brasileira apresenta em 2018 o melhor resultado desde 2010. O indicador mede o ganho do acionista com o recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio versus o valor das ações.

A média do indicador total no dia 24 de julho de 2018 (12 meses) é de 3,45%, que representa o melhor valor já registrado desde 2010. O DY considerando somente os dividendos no ano de 2018 é de 2,39%, que é o melhor resultado para o mercado desde o ano de 2014.

Considerando o DY somente com os JCP's em 2018 o resultado é de 1,06%. A Economatica destaca que há certa estabilidade na média de DY com JCP's entre 2010 e 2018, ficando entre 0,8% e 1,1%.

Entre as ações que fazem parte do IBrX-100, a Eztec tem o melhor desempenho de DY de 16,03%, sendo que todo o provento distribuído por meio de dividendos. Em segundo lugar no ranking está a Copasa, com o indicador total de 10,97%, sendo 7,16% em dividendos e 2,81% em JCP's.

Levando em consideração somente JCPs, a do Bannisul PNB registra o melhor resultado com JCP com 6,93%. O DY total da ação é de 7,27% com 0,34% de DY com dividendos.

Acesse o estudo da Economatica em: <https://goo.gl/R7Gfs5>.

Notas S&C

Vale vai recomprar ações

O Conselho de Administração da empresa aprovou proposta da diretoria para iniciar um programa de recompra de 80 milhões ações ordinárias e suas respectivas ADSs no valor máximo de US\$1 bilhão. A decisão, segundo comunicado da empresa, reflete "a confiança dos administradores de que recomprar é um dos melhores investimentos para os recursos excedentes da companhia, após a forte geração de caixa do primeiro semestre de 2018 e a perspectiva positiva para o desempenho operacional e financeiro da Vale".

Minerva não tem interesse na BRF

O presidente-executivo da Minerva, Fernando Galletti de Queiroz, disse que não estão nos planos da empresa comprar a BRF ou os ativos da empresa, que foram colocados à venda no mês passado. "Isso não faz parte do nosso plano de negócios", acentuou o executivo da maior exportadora de carne da América do Sul.

Via Varejo reverte prejuízo

A empresa fechou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 20 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 85 milhões registrado no mesmo período do ano passado. O Ebitda ajustado subiu 25,1%, para R\$ 394 milhões, com margem de 6,1%, quase um ponto percentual acima do registrado no segundo trimestre do ano passado. A Via Varejo é dona das marcas Casas Bahia e Pontofrio.

Duratex anuncia investimento de R\$ 94 milhões

Em comunicado ao mercado, a empresa informou que conselho de administração aprovou o investimento de R\$ 94 milhões até 2019 para aumentar a capacidade de produção da unidade de revestimentos cerâmicos da marca Ceusa. Os recursos serão destinados à modernização das linhas existentes e à instalação de uma nova linha, elevando para 83% a capacidade de produção da Ceusa, o que significa 11 milhões de metros quadrados por ano.

ERRATA: 5º Encontro de Direito será realizado em outubro

Foi marcado para dia 25 de outubro, e não setembro como foi publicado na edição passada do Sia & Cia, em São Paulo, o 5º Encontro Abrasca de Direito das Companhias Abertas.

Agende-se. Em breve será publicada toda a programação do evento.

Gente

CCR tem novo presidente

A empresa anunciou a nomeação de **Leonardo Vianna** como novo presidente-executivo, em substituição a Renato Vale, que estava na companhia desde sua fundação, em 1999. A mudança, segundo o comunicado da companhia, faz parte do processo de sucessão iniciado em 2014. Vianna, que presidia a divisão CCR Mobilidade, assume a partir de 31 de julho. A CCR Mobilidade será dirigida por Italo Roppa, que presidia a unidade CCR Rodovias SP e será substituído no cargo por Paulo César de Souza Rangel, que deixará a presidência da CCR ViaOeste e CCR Rodoanel.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **30 de julho a 03 de agosto de 2018:**

NOVOS PROJETOS DE LEI

Segue abaixo a nova proposição legislativa protocolada no Congresso Nacional na semana passada e que é de interesse ao ambiente empresarial.

Câmara dos Deputados

• **IR em Fundos de Investimento.** O Projeto de Lei nº 10.638/2018 trata do imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimento e sobre o tratamento tributário da variação cambial de investimentos realizados em sociedade controlada estabelecida no exterior.

Acesse em:
<https://goo.gl/qCm24N>.